



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA  
DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
Ata da 1ª reunião, realizada em 30 de janeiro de 2017**

1 Em 30 de janeiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM), na sede  
3 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Rodrigo de Melo Teixeira e o presidente suplente Felipe  
6 Santos de Miranda Nunes, representantes da SEMAD. Representantes do  
7 poder público: Ana Cláudia Miranda Albanez, da Secretaria de Estado de  
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da  
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e  
10 Ensino Superior (Sedectes); Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado  
11 de Planejamento e Gestão (Seplag); Miguel Victor Tavares Lopes, da Secretaria  
12 de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir). Representantes da  
13 sociedade civil: Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação  
14 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Adriana Maugeri e Igor  
15 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Alexandre Valadares  
16 Mello e Breno Aguiar de Paula, da Federação das Indústrias do Estado de  
17 Minas Gerais (Fiemg); Gleyber Ferreira e Silva Carneiro e André Aroeira  
18 Pacheco, da Caritas Diocesana de Itabira; Fábio José Bianchetti, da Associação  
19 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Oswaldo Dehon Roque  
20 Reis e Grazielle Anjos Carvalho, do Conselheiro Regional de Engenharia e  
21 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
23 presidente Rodrigo de Melo Teixeira declarou aberta a 1ª reunião da Câmara  
24 Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas,  
25 manifestou sua satisfação em presidir a sessão e fez a apresentação da equipe  
26 do Sisema presente nesta reunião. Em seguida, os conselheiros se  
27 apresentaram informando o órgão ou entidade que representam e destacando  
28 sua formação e áreas de atuação. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**  
29 **E ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4) REGIMENTO INTERNO**  
30 **DO COPAM. Apresentação: SEMAD.** Bruno Malta, da Assessoria de Normas e  
31 Procedimentos da SEMAD, fez apresentação do Regimento Interno do COPAM,  
32 destacando as principais diretrizes para do funcionamento dos Colegiados. Ao  
33 fim da exposição, agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição dos  
34 conselheiros para eventuais esclarecimentos. **5) CÓDIGO DE ÉTICA.**  
35 **Apresentação: SEMAD.** Rosa Maria Cruz Laender Costa, servidora da  
36 SEMAD, fez exposição sobre o Código de Conduta Ética profissional dos

37 agentes públicos e da alta administração. Destacou a atuação do Conselho de  
38 Ética Pública, subordinado diretamente ao governo do Estado, e das Comissões  
39 de Ética de todos os órgãos da administração pública. No caso do Sisema,  
40 informou que são quatro comissões, sendo as Comissões de Ética do IEF, da  
41 FEAM, do IGAM e da SEMAD, cujos integrantes são indicados pelo dirigente  
42 máximo de cada Casa, e que o trabalho é realizado de maneira independente,  
43 atuando com denúncias fundamentadas, e de forma sigilosa. A representante  
44 da SEMAD explicou ainda, para orientação dos conselheiros, como é realizado  
45 o trabalho das Comissões de Ética, detalhando seu funcionamento, conceitos e  
46 forma de atuação. Ao término da exposição, se colocou à disposição para  
47 eventuais esclarecimentos. **6) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS**  
48 **REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE POLÍTICAS DE**  
49 **ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CEM) DO COPAM. Apresentação:**  
50 **SEMAD.** Aprovada por unanimidade a proposta de agenda anual de reuniões da  
51 Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas  
52 nos termos apresentados pela SEMAD, com previsão de sessões ordinárias  
53 sempre em uma segunda-feira, às 14h, nas seguintes datas: 20 de fevereiro, 27  
54 de março, 24 de abril, 22 de maio, 26 de junho, 24 de julho, 21 de agosto, 25 de  
55 setembro, 23 de outubro, 20 de novembro e 18 de dezembro. **7) PLANO DE**  
56 **ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM.** Felipe Santos  
57 de Miranda Nunes, gerente de Energia e Mudanças Climáticas/FEAM,  
58 apresentou um resumo das ações realizadas até o momento relativas ao Plano  
59 de Energia e Mudanças Climáticas, detalhou a situação atual e o planejamento,  
60 ressaltando o objetivo de realizar conjuntamente com a CEM as discussões  
61 para auxiliar na formação de propostas para essa agenda. Em sua exposição,  
62 fez o seguinte destaque: “A primeira parte é um apanhando geral do Plano de  
63 Energia e Mudanças Climáticas, para um alinhamento, e ficamos à disposição  
64 para qualquer detalhe técnico, qualquer estimativa e um detalhamento que  
65 possa ser encaminhado aos conselheiros ou mesmo atendendo reuniões,  
66 quando formos chamados. A segunda parte vem com uma proposta da FEAM  
67 para o Estado de Minas Gerais assumir compromissos relacionados à mudança  
68 do clima, uma vez que o Brasil hoje já tem, firmadas e ratificadas pelo  
69 Congresso Nacional, metas específicas de redução de emissões de gases de  
70 efeito estufa e de adaptação às mudanças climáticas, que implicam em uma  
71 série de ações que estão em discussão no âmbito do governo federal, mas que,  
72 no nosso entendimento, não devem passar sem a discussão nos âmbitos  
73 estadual e municipal. Principalmente, dependendo de algumas agendas, como  
74 transporte, desmatamento, energia, dentre outros, que precisam,  
75 necessariamente, de uma discussão descentralizada.” Após a apresentação, o  
76 gerente da FEAM se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Em  
77 seguida foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. **Debates.** O  
78 conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho solicitou esclarecimentos  
79 sobre as metas estabelecidas pelo Estado para cumprimento do Plano e o nível

80 de compromissos no nível estadual. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente  
81 da FEAM: “Hoje, o Estado de Minas Gerais está em uma trajetória insuficiente  
82 em termos de políticas públicas para atender, minimamente, a instância  
83 federativa. Então, se nada for feito, nós vamos reduzir 25%, só que o Brasil está  
84 colocando que vai reduzir de 37 a 43%, de forma absoluta, até 2030. A revisão  
85 é necessária nesse sentido de compatibilização. Isso é o que temos hoje do  
86 Plano de Energia e Mudanças Climáticas. Existem outras metas e ações que  
87 são institucionais. Por exemplo, a Cemig pode ter o seu portfólio, a Copasa,  
88 dentre outras, até mesmo as corporações, como a Fiemg, que pode ter suas  
89 metas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Porém, nós não temos  
90 ainda esse arcabouço que está compatível com a norma federal. Com relação  
91 às fontes renováveis de energia, temos um dado do balanço energético  
92 produzido pela Cemig, em parceria com a Fundação João Pinheiro. Ele mostra,  
93 claramente, que nós estamos tendo esse diferencial em relação ao mundo.  
94 Muitos outros locais têm 80% de fóssil e 20% de renovável ou até menos. E nós  
95 estamos mais ou menos com 50% e 50%. Só que o Estado de Minas Gerais  
96 cita, no seu PMDI e no seu PPAG, que vai ampliar a geração e a distribuição de  
97 energia renovável, mas não tem essa regulamentação, em termos de um  
98 compromisso estadual formalizado, além do Plano de Energia e Mudanças  
99 Climáticas. E é a nossa proposta, no próximo item de pauta, para ampliação  
100 disso. A meta do governo federal é chegar de 28% a 33% de energia renovável,  
101 fora energia hidráulica, em 2030. Então, considerando eólica, solar e biomassa  
102 – incluindo em biomassa biocombustíveis. O Estado de Minas Gerais tem um  
103 diferencial de biomassa, mas, por exemplo, hoje, em matéria de eólica e solar,  
104 as regiões do Nordeste estão tendo um crescimento muito mais acelerado do  
105 que o Estado. E nós temos a questão da siderurgia, o carvão vegetal, que  
106 também é um diferencial do Estado, mas também entra na biomassa, no  
107 biocombustível. O governo federal está trabalhando em compatibilizar o que  
108 cada Estado tem de metas e de compromisso de energia renovável para  
109 integrar na estratégia brasileira, que será reportada à ONU de dois em dois  
110 anos.” O conselheiro Rogério Pena Siqueira informou que participou de ações  
111 na Prefeitura de Belo Horizonte, tendo atuado como diretor da Superintendência  
112 de Limpeza Urbana (SLU) por duas vezes, onde foi implantando um projeto de  
113 geração de energia com gases de aterro sanitário, e se colocou à disposição da  
114 Câmara para contribuir nas discussões. O conselheiro questionou o que foi  
115 considerado em termos de crescimento econômico no Plano, avaliando que isso  
116 afetará a curva, e se existem resultados nesse sentido. “Em que posição  
117 estamos em termos de emissão em relação ao que estava previsto?”  
118 Questionou ainda sobre o programa Minas sem Lixão e solicitou que fossem  
119 apresentados à Câmara, posteriormente, os resultados e em que situação o  
120 Estado se encontra em relação aos lixões. Felipe Santos de Miranda Nunes,  
121 gerente da FEAM, esclareceu que os cenários de crescimento foram um ponto  
122 de atenção na elaboração do Plano. “Nós projetamos a série histórica para que

123 tenhamos uma visualização de um resultado alternativo para acompanhar.  
124 Então, não é tão otimista como a primeira proposta de Copenhague brasileira,  
125 mas, ao mesmo tempo, hoje, se pegarmos esses efeitos, nós vamos agora  
126 finalizar a contratação de um estudo específico para fazer a revisão dessa  
127 modelagem, desses cenários, uma vez que foram feitos em 2013. E agora nós  
128 vamos projetar isso de uma forma diferente e comparar os resultados. Uma vez  
129 implementado esse projeto, nós vamos trazer os resultados aqui.” O gerente da  
130 FEAM convidou a todos para acessar o site da FEAM, no qual foi atualizado  
131 recentemente o inventário de gases de efeito estufa e feita retrospectiva de  
132 2005 a 2014. “O que eu posso dizer é que, apesar da crise, nós estamos  
133 aumentando nossas emissões. Realmente, é uma crise, em termos de PIB,  
134 muito impactante. E em uma visão pré-Copenhague, de crescimento  
135 econômico, que está totalmente ligado às emissões de gases de efeito estufa,  
136 era de se esperar uma grande queda. O que não ocorre. É claro que existe uma  
137 atenuação, mas nós estamos aumentando as nossas emissões e estamos na  
138 contramão da proposta brasileira.” Quanto ao programa Minas sem Lixões,  
139 Felipe Santos de Miranda Nunes se comprometeu a informar os dados,  
140 posteriormente, mas antecipou que as emissões do setor de resíduos chegam a  
141 aproximadamente 5% do Estado de Minas Gerais. “O programa é um  
142 diferencial, e nós consideramos que a parte de resíduos é uma grande agenda  
143 para se trabalhar, principalmente, a eficiência de usos dos recursos naturais,  
144 eficiência energética, biogás. Porém, em termos do total do Estado, o setor de  
145 resíduos representa 5% hoje.” A conselheira Adriana Maugeri: “Eu concordo  
146 com você. Eu acho que nós vamos conseguir maiores sucesso quando  
147 tivermos, realmente, uma política, porque aí vamos ter o modo como nós vamos  
148 avançar. Dito isso, uma preocupação que nós temos no setor de silvicultura, de  
149 florestas plantadas, e até um compromisso assumido pelo governo federal, do  
150 plantio de 12 milhões de hectares até 2025. É uma meta arrojadíssima. Hoje, no  
151 Brasil, nós temos quase 8 milhões de hectares plantados em toda a sua história  
152 de silvicultura. E até 2025 mais 12 milhões. Obviamente, entre espécies  
153 naturais e exóticas. Acontece que nós entendemos que Minas, hoje, sendo o  
154 maior produtor de florestas do Brasil, esses 12 milhões não têm como não  
155 passar, em sua grande maioria, pelo nosso Estado. Então, é uma preocupação  
156 nossa, nessa fase de atualização mesmo do Plano, de como nós vamos  
157 conseguir contribuir, efetivamente, para esse compromisso nacional.” A  
158 conselheira informou ainda que recebeu hoje, da Câmara de Florestas do  
159 Ministério da Agricultura, um e-mail comunicando que o Ministério de Meio  
160 Ambiente colocou em consulta pública, até 15 de março, a construção de uma  
161 estratégica para implementação do compromisso assumido na COP. “Estão  
162 fazendo um documento que vai subsidiar a implantação dessa estratégica. Está  
163 em consulta pública, e esse documento está sendo dividido em seis setores:  
164 biocombustível, setor florestal, setor elétrico, agropecuária, transporte e  
165 indústria.” Informou que esse processo está no site do Ministério de Meio

166 Ambiente e registrou sugestão para que esta Câmara Técnica Especializada de  
167 Políticas de Energia e Mudanças Climáticas também promova discussões no  
168 sentido de contribuir com a consulta pública. Felipe Santos de Miranda Nunes,  
169 gerente da FEAM: “Nós fizemos uma análise preliminar, mas é chave a questão  
170 do passivo florestal trazido para a questão da implementação dessa meta. Só  
171 no Estado de Minas Gerais, há uma estimativa por volta de 2 milhões de  
172 hectares de passivo a ser recuperado ou restaurado, que vai até 50% de  
173 exóticas, dada a questão também do bioma. Então, 2 milhões de hectares, de  
174 12 milhões, faz um pouco de sentido. A questão é que os preços estão em uma  
175 inflexão na questão do setor florestal e siderúrgico e também tem a oferta de  
176 nativas para isso e sistemas de integração lavoura, pecuária, florestas, sistema  
177 agroflorestais. E colocar o produtor rural para pagar essa conta vai ser difícil.  
178 Então, alguns mecanismos terão que ser colocados, financeiros, inclusive,  
179 creditícios, para que essa implementação do Código Florestal resulte nesses 12  
180 milhões de hectares. No âmbito do Plano de Energia e Mudanças Climáticas, o  
181 que nós temos hoje é incentivo às florestas plantadas, principalmente à questão  
182 ligada à siderurgia. Agora estamos atualizando e monitorando para fazer com  
183 que essa ligação se dê no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do  
184 Código Florestal. Vemos uma grande oportunidade para Minas Gerais incentivar  
185 uma cadeia florestal com entrega significativa para atender esses 12 milhões.  
186 Porém, isso precisa ser estruturado em uma política estadual.” Conselheira  
187 Adriana Maugeri: “Eu acho que, além da restauração, perpassa também a  
188 cadeia produtiva, o estímulo a novos segmentos. Eu também reforço a questão  
189 da biomassa, as florestas energéticas, assunto que está muito em discussão em  
190 nível federal, e Minas não pode ficar de fora, até para aproveitarmos esse  
191 maciço florestal disponível no mercado hoje dando novos usos para aquele que  
192 está destinado ao carvão. E sem dúvida estimulando também novos plantios. Aí  
193 perpassa por várias discussões, e a principal, que não sai da cabeça do  
194 produtor, é o licenciamento ambiental.” O conselheiro Gleyber Ferreira e Silva  
195 Carneiro questionou sobre metas para a biodiversidade e a prioridade para  
196 reflorestamento, destacando seus impactos. Questionou sobre incentivos e  
197 incremento econômico e como vai ser feito o incentivo ao setor florestal, se há  
198 alguma estratégia para utilização de áreas já degradadas para inventivo da  
199 agrofloresta. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM: “Tem um  
200 setor específico para adaptação de recursos naturais. Não temos metas  
201 específicas dentro do Plano de Mudanças Climáticas para a biodiversidade, e  
202 também não nos compete. Nós trabalhamos é a vulnerabilidade como um todo,  
203 e a biodiversidade é um dos eixos. Então, nós criamos o Índice Mineiro de  
204 Vulnerabilidade Climática, que está disponível no site também e tem uma série  
205 de indicadores, como por exemplo cobertura de mata nativa, questões  
206 relacionadas também, indiretamente, a recursos hídricos, que vão afetar a  
207 biodiversidade. O Brasil já assinou alguns tratados para biodiversidade, mas no  
208 Plano tratamos dentro da questão da redução da vulnerabilidade. Como o nosso

209 entendimento é de valorização do capital natural, nós entendemos que os  
210 recursos públicos precisam ser priorizados e canalizados para investimentos,  
211 por exemplo, na recuperação de áreas degradadas e no fortalecimento do  
212 capital natural como um todo. Quanto a incentivos e mecanismos, não temos  
213 ainda específicos para valorização da biodiversidade exposta, em risco, com a  
214 mudança do clima. Tem algumas questões relacionadas a ICMS Ecológico, mas  
215 não são tratadas em termos de metas aqui. Mas na questão relacionadas à  
216 biodiversidade nós já fizemos um estudo que mostra que Minas Gerais tem  
217 algumas faixas territoriais bastante vulneráveis. Elas coincidem com algumas  
218 regiões de vulnerabilidade alta, e já temos contabilizadas algumas diretrizes  
219 para setores específicos, mas também para regiões específicas. Quanto a essa  
220 questão de derrubar nativa para colocar agrofloresta, não faz sentido tanto em  
221 termos de capital natural quanto em termos de carbono. Nós temos como meta  
222 no nosso cronograma fazer um estudo e definir as áreas prioritárias para  
223 recuperação de áreas degradadas no Estado, a ser entregue em setembro o  
224 outubro, em que buscamos priorizar essas áreas que precisam ter investimento  
225 em capital natural, mas também a questão legal. Para isso nós precisamos, no  
226 âmbito estadual, regularizar o Programa de Regularização Ambiental. Uma das  
227 questões que nós visamos é entregar um mapa do Estado com as áreas  
228 prioritárias onde podem ser feitas essa recuperação e essa restauração por  
229 meio de plantios de nativas e exóticas.” O conselheiro Oswaldo Dehon Roque  
230 Reis questionou como funciona a articulação no Plano mineiro entre aquilo que  
231 ocorre no plano doméstico internacional no que diz respeito às questões  
232 técnicas. E registrou ainda o seguinte pedido de esclarecimentos: “Um ponto  
233 que nos chamou bastante atenção é que parte importante dessa agenda tem a  
234 ver com uma agenda internacional dos Objetivos de Desenvolvimento  
235 Sustentável (ODS). E alguns dos pontos mais importantes de ODS têm a ver  
236 com o nosso trabalho profissional, nós engenheiros, técnicos e tecnólogos,  
237 geógrafos e tantos outros que aqui estão representados. Têm a ver com as  
238 estruturas mais resilientes e com as questões que dizem respeito a habitação  
239 humana. Eu queria entender um pouco melhor isso, no caso para Minas Gerais,  
240 porque a impressão que nós temos é de que é preciso fazer uma alteração no  
241 médio prazo no que diz respeito à própria formação dos profissionais dessa  
242 área no intuito de poder desenvolver projetos e estruturas mais resilientes,  
243 tendo em vista as possibilidades de mudanças climáticas e o drama humano  
244 que isso pode representar no nosso Estado e no país.” Felipe Santos de  
245 Miranda Nunes, gerente da FEAM: “Com relação à agenda internacional, Minas  
246 Gerais tem uma trajetória de sorte, porque é a nossa cooperação internacional  
247 com a França que nos permitiu avançar no Plano de Energia e Mudanças  
248 Climáticas, tanto em termos de captação de recursos, mas também tivemos  
249 acesso às discussões sobre cooperação descentralizada, que é muito forte hoje  
250 na Europa. Nós tivemos o prazer de cooperar com a Ademi e a região de Nord-  
251 Pas-de-Calais. Nós tivemos acesso tanto a questões no âmbito internacional.

252 No Acordo de Paris, por exemplo, nós fomos convidados pela França a  
253 apresentarmos o Plano de Energia e Mudanças Climáticas, que foi colocado  
254 como um caso de sucesso de cooperação descentralizada. A cooperação  
255 descentralizada hoje tem espaço dentro do Acordo de Paris. Então, Minas  
256 Gerais hoje pode captar recursos internacionais para entregar reduções de  
257 emissões e de vulnerabilidade no Estado. Claro que isso é uma relação de  
258 poder, o Congresso Nacional não vai gostar de reportarmos diretamente isso a  
259 organismos internacionais. Mas já há essa abertura, que não existia antes da  
260 COP-21, de forma clara no acordo. Então, nós já temos hoje mecanismo, por  
261 exemplo, para captar recursos, e já estamos captando. É claro que precisamos  
262 captar muito mais. Hoje, nós captamos cerca de 1,5 milhão de euros, o que não  
263 é nada para trabalhar a magnitude disso. Mas temos a cooperação com a  
264 Ademi, com essa região da França, e agora nosso objetivo é, no âmbito dessa  
265 cooperação, instalar no Estado de Minas Gerais um observatório de clima e  
266 energia. Seria um organismo que seria trabalhado dentro da FEAM, mas com  
267 parceiros, para trabalhar todas as informações necessárias para  
268 desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, entregando metas a  
269 serem custeadas com pagamento por resultados. Essa modalidade que entrou  
270 no Acordo de Paris. Se comprovamos que reduzimos emissões, nós recebemos  
271 dinheiro para isso. Já tem um fundo criado com a perspectiva de 100 bilhões  
272 anuais. Isso ainda precisa ser analisado via efeito Trump e outras questões em  
273 ebulição no âmbito internacional. Mas nós entendemos que é uma agenda sem  
274 volta. Por exemplo, a indústria de energia renovável hoje está empregando mais  
275 no próprio Estados Unidos do que a energia fóssil. E no Estado de Minas Gerais  
276 o nosso estudo mostrou que o potencial de energia renovável é três vezes o  
277 consumo atual, já economicamente viável. Eu acredito que essa turbulência é  
278 normal dentro de diferentes perspectivas internacionais, mas acredito que é  
279 uma agenda sem volta. Na questão da cooperação descentralizada, eu acho  
280 que Minas Gerais está bem posicionado, porque conseguiu acessar os  
281 documentos internacionais no Acordo de Paris, mas também achou a sua  
282 brecha via outros mecanismos que podem nos auxiliar a captar recursos e fazer  
283 bons projetos. Com relação à perspectiva também dos objetivos do  
284 desenvolvimento sustentável, nós fizemos uma análise preliminar de quais  
285 ações do Plano pegariam ou pelo menos teriam uma ligação mais direta e  
286 indireta com os ODS. Mas é clara e evidente a sinergia, não em todos, mas em  
287 sua grande parte. Existe um objetivo específico, que é reduzir emissões, mas  
288 existem vários indiretos, como trabalhar a resiliência, a questão de danos,  
289 sejam sociais, tecnológicos e também humanos, de perdas humanas. Então,  
290 essa agenda da ONU está em ligação direta com a agenda do Acordo de Paris.  
291 Só que agora nós precisamos detalhar melhor como essas metas dos ODS vão  
292 significar em termos de redução de emissões e de redução de vulnerabilidade.  
293 Com relação à especificidade dessa agenda de objetivos de desenvolvimento  
294 sustentável, o governo do Estado se propôs a fazer o seu PPAG e suas

295 propostas no âmbito desses objetivos, e já foram selecionados alguns objetivos,  
296 e falta agora esse detalhamento mais técnico. Mas há uma grande sinergia, e a  
297 nossa preocupação maior é transformar essa energia em oportunidade de  
298 captação de recursos, via agências internacionais, principalmente.” Gustavo  
299 Bernardino Malacco da Silva, membro da plateia: “Aproveitando que nós  
300 também estamos na Câmara de Proteção da Biodiversidade e também na  
301 Câmara de Infraestrutura de Energia, esse assunto nos interessa muito. Não é  
302 um questionamento, mas chamar à lógica, forçar o papel estratégico desta  
303 Câmara. Boa parte das outras Câmaras fica dentro do licenciamento, e esta é  
304 uma Câmara em que realmente nós discutimos programaticamente um assunto  
305 que atinge a economia, a biodiversidade e as pessoas. Eu acho que você  
306 entrou em um ponto muito importante, que é a falta da política estadual, porque  
307 há um descompasso total entre realmente o que Minas e a União vêm  
308 apresentando, dentro do processo de licenciamento que nós acompanhamos.  
309 Porque quando se fala em recuperar 2 milhões de hectares – um número ainda  
310 a ser balizado – nós continuamos com uma meta de desmatamento muito alta  
311 no Estado, seja no Cerrado, na Mata Atlântica ou na Caatinga. Basta ver –  
312 quem acompanha as Câmaras Técnicas – as AAFs de desmatamento no Norte  
313 de Minas, principalmente. Já teve reunião em conseguimos acompanhar 3 mil, 4  
314 mil, 5 mil hectares em uma reunião. Então, falta sintonia dentro do governo,  
315 dentro de suas Secretarias, especialmente, de energia, agropecuária,  
316 transportes e indústria. Eu acho que tem que ser chamada a atenção. Essa  
317 discussão de hidráulica, nós precisamos debater com profundidade. E a  
318 questão da biodiversidade é interessante. Existem modelagens que deixam bem  
319 claro o papel fundamental hoje na conservação, por exemplo, de animais  
320 campestres. Boa parte das unidades de conservação no norte do país, pelas  
321 modelagens, não são áreas mais propícias para conservação das espécies. E  
322 são as áreas onde, nos últimos anos, o governo colocou muitas unidades de  
323 conservação. Pelos cenários, quais são as áreas aptas? Justamente, no  
324 Sudeste. E são as áreas que estão tendo, também nos últimos anos, uma  
325 grande intensificação de conversão de área. Basta ver a questão de eucalipto.  
326 Nós vemos muitos processos de eucalipto suprimindo áreas de campos  
327 naturais. Nós deixamos de compatibilizar isso também. Achamos que floresta é  
328 árvore e ponto final. E esses arbustos e campos que têm uma conexão direta  
329 com as mudanças climáticas têm sido negligenciados no Estado. Então, eu só  
330 queria deixar esse recado, um pouquinho da experiência que nós temos. E  
331 chamar atenção, especialmente, à questão do desmatamento.” **8)**  
332 **COMPROMISSOS ESTADUAIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**  
333 **Apresentação: FEAM.** Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente de Energia e  
334 Mudanças Climáticas/FEAM, fez apresentação sobre os compromissos  
335 estaduais de mudanças climáticas. “Eu quero deixar claro para os senhores  
336 que, pelo menos da parte da base que é estudada na Fundação Estadual do  
337 Meio Ambiente, a imposição ou colocação de uma meta estadual está longe de

338 ser um obstáculo ou desafio a ser colocado economicamente. É uma  
339 oportunidade, primeiro, para nos alinharmos com o governo federal naquilo que  
340 foi colocado. Segundo, é uma necessidade urgente, colocada pelo Painel  
341 Intergovernamental de Mudança do Clima, de reversão dessas curvas de  
342 crescimento de emissões. E por fim nós vemos uma grande oportunidade de  
343 captação de recursos internacionais e articulação governamental dentro do  
344 Estado. Essa é a perspectiva da FEAM e, necessariamente, reflete nos  
345 compromissos que nós propusemos ao Comitê Político do Plano de Energia e  
346 Mudanças Climáticas, que aqui gostaríamos de apresentar para que possamos  
347 debater e receber as contribuições. Isso ainda será matéria de apresentação e  
348 discussão no Comitê Político, nada está fechado. E acreditamos que com uma  
349 discussão mais aprofundada, nesta Câmara, nós temos mais chances de  
350 aprovar bons compromissos.” Após essa introdução ao tema, o gerente da  
351 FEAM detalhou as propostas de compromissos e fez um relato do histórico das  
352 discussões e contribuições recebidas. **Debates.** O conselheiro Rogério Pena  
353 Siqueira solicitou que as propostas de compromissos fossem encaminhadas por  
354 e-mail, aos conselheiros, e sugeriu que essa discussão seja pautada na próxima  
355 reunião da CEM para os conselheiros terem oportunidade de estudar melhor e  
356 debater na próxima reunião. O conselheiro ainda registrou a seguinte  
357 manifestação: “Eu acho que nós vivemos no mundo um paradigma e contamos  
358 uma mentira para nós mesmos. O ser humano busca muito o autoengano, e as  
359 políticas climáticas têm sido isso no mundo até então. Aumentar dois graus é  
360 um risco total. Se pensarmos direito, é um grande risco para a humanidade, e  
361 vai colocar à devastação diversos países. Nós já sabemos das questões dos  
362 impactos. E o ser humano está sempre se autoenganando. E quando  
363 discutimos crescimento econômico, há um grande paradigma. O mundo só tem  
364 foco nisso. Sendo que se podia, através da discussão ambiental, discutir a  
365 distribuição de riqueza. Ou seja, através de políticas ambientais, a discussão da  
366 distribuição de riquezas ao invés do sempre crescimento, crescimento,  
367 crescimento. Sabemos que se o chinês passar a consumir como o americano  
368 não tem recurso para isso. Eu vejo muito pouca ação, inclusive, na política  
369 estadual. E aí eu vou levar para uma questão, que é daqui da FEAM, que é  
370 nossa: o licenciamento ambiental. Eu não sou contra o licenciamento ambiental,  
371 de forma nenhuma. Eu acho necessário e importantíssimo, mas acho que o  
372 Estado não faz, porque não tem estrutura para o licenciamento ambiental.  
373 Então, um empreendedor que vem investir, por exemplo, em energia renovável  
374 em Minas Gerais tende, em certo caminho, a desistir. Ou seja, projetos  
375 ambientais importantes para Minas Gerais podem vir a ser perdidos porque o  
376 Estado propõe uma coisa e está muito bonito no papel, mas na hora que eu  
377 venho com dinheiro para implantar meu projeto aqui eu vou demorar um ano e  
378 meio, para receber, talvez, um ‘não’. Que investidor consegue segurar um  
379 negócio desse? Eu estou colocando essa discussão aqui porque ela é nossa.  
380 Eu sei que vocês do Sistema sofrem totalmente com isso, mas é uma discussão

381 que nós temos que fazer. E já que é precário, já que não temos estrutura, nós  
382 temos que pensar nos projetos importantes nessa área aqui e dar a eles  
383 agilidade e estrutura, nem que seja para esses projetos de interesse de Minas  
384 Gerais e da nossa política ambiental. Eu acho nossas metas pouco ousadas,  
385 mas quero estudar, ler e propor. Eu acho que a Cemig, por exemplo, é uma  
386 empresa de Minas, uma empresa de energia, mas atrasa os projetos de energia  
387 renovável no Brasil. A Cemig faz dumping com os pequenos. Isso é um grande  
388 problema. Ela tem projetos de energia renovável, mas são mais marketing do  
389 que realidade. Ela podia fazer muito mais, não intervindo no mercado de outras  
390 formas. E outras formas que estou falando são dumping. Eu acho que na  
391 questão de energia sem incentivo, como na Europa, ou sem mercado  
392 diferenciado pelo menos, como na Europa, nós não vamos chegar a lugar  
393 nenhum. Ou seja, não se vai conseguir viabilizar as coisas. E acho que isso tem  
394 que ser pensado e tratado já com ações que podem sair daqui, propostas daqui  
395 que cheguem até a Assembleia. Eu sei que depende desse caminho todo, mas  
396 sei também que interesses contrários atrapalham muito a questão ambiental, a  
397 questão de mudança climática.” Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
398 FEAM, reiterou que a equipe técnica não irá se furtar a discutir nenhum assunto  
399 que seja colocado como obstáculo ou impedimento ao aprimoramento, para se  
400 atingir as metas colocadas, inclusive, licenciamento ambiental e questões de  
401 mercado. E reforçou que a proposta é de contar com a participação da Câmara,  
402 até para eventual necessidade de revisão das metas. O conselheiro Rogério  
403 Pena Siqueira comentou ainda que a composição do Comitê Político deveria ter  
404 maior participação social. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM,  
405 afirmou que poderá ser encaminhada pela CEM uma proposta para a nova  
406 composição do Comitê Político e destacou que a Câmara está aberta para fazer  
407 essa discussão e encaminhar ao Comitê Político. O subsecretário de  
408 Regularização Ambiental, Anderson Silva de Aquilar, fez explanação sobre  
409 alterações no licenciamento ambiental no Estado resgatando o histórico  
410 recente, com destaque para as ações da Força-Tarefa instalada em 2015, que  
411 buscou identificar quais eram os gargalos e os empecilhos que existiam para a  
412 promoção do desenvolvimento econômico e também sustentável. Destacou que  
413 desse trabalho saíram vários indicadores de que se precisavam promover  
414 mudanças e que essas mudanças vêm acontecendo agora, principalmente, no  
415 ano de 2016, para promover uma gestão administrativa, com base no que se  
416 tinha naquele momento, e uma alteração no marco regulatório. “Em resumo, o  
417 que tudo isso traz é uma proposta de agilidade ao licenciamento ambiental,  
418 prevendo até, para alguns empreendimentos, classificados como 3 e 4, uma  
419 fase única de licenciamento. Mas as mudanças no marco regulatório não podem  
420 parar por aí, nós precisamos, na verdade, reinventar o processo de  
421 licenciamento ambiental e trazê-lo para a atualidade. A atualidade do modelo  
422 econômico, das normas, tanto estaduais como nacionais e também  
423 internacionais. Adequar todas essas experiências que os outros Estados já têm.

424 As próprias Câmaras Técnicas já trazem essa inovação do marco regulatório.  
425 Nós temos oportunidade de sentar aqui hoje e discutir uma temática apropriada  
426 ao Conselho, o que já é um grande avanço que o Estado promove em relação  
427 às várias temáticas e ao próprio licenciamento ambiental.” O conselheiro  
428 Rogério Pena Siqueira considerou a necessidade de investimento do Estado  
429 nas equipes técnicas, inclusive, dos municípios para que as ações propostas  
430 possam realmente ser concretizadas. A conselheira Mila Magalhães Ribeiro  
431 questionou se já existe alguma proposta de redução de gás carbônico nos  
432 prédios públicos. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM, informou  
433 que nas propostas apresentadas existem ações específicas para “construções  
434 sustentáveis” e questões relacionadas à eficiência energética e que será  
435 regulamentada uma proposta mais ampla por meio de Decreto Estadual. O  
436 conselheiro Daniel Rennó Tenenwurcel destacou que já existe no Estado o  
437 planejamento de uma ação inicial, que está em elaboração, com estimativa de  
438 início de execução até o final do ano, para levar a eficiência energética e a  
439 geração distribuída a escolas estaduais, e que poderá ser apresentado à  
440 Câmara, posteriormente. A conselheira Adriana Maugeri avaliou que o governo  
441 deveria pensar também no estímulo às oportunidades setoriais e lembrou que  
442 foi muito discutido durante a elaboração do Plano sobre selos de energia verde  
443 e outros atrativos. Reforçou que para o estabelecimento das metas e  
444 compromissos setoriais é imprescindível que seja definida a política do Estado.  
445 Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM, prestou esclarecimentos  
446 em relação às ações para o monitoramento setorial e comentou sobre outros  
447 aspectos do Plano que contemplam, inclusive, melhorias a serem  
448 encaminhadas ao Comitê Político. Esclareceu que já existe uma formatação da  
449 proposta de Política Estadual e que a intenção é encaminhar o mais rápido  
450 possível à Assembleia Legislativa, mas ponderou que o Executivo também pode  
451 atuar por meio de decreto. Quanto às oportunidades, comentou sobre os  
452 estudos para criação de incentivos econômicos e financeiros para atrair  
453 investimentos privados e destacou ainda a captação de investimentos de fundos  
454 internacionais e nacionais. O conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “A  
455 minha visão é que existe um conjunto de forças que atuam dentro da sociedade,  
456 e as atuais forças predominantes não são favoráveis à implementação dessas  
457 metas. Pelo que você mesmo já trouxe de que mesmo com a crise aumentaram  
458 o desmatamento e as emissões. Eu vejo que temos que trabalhar as bases da  
459 formação da educação, e não só a educação formal, mas a educação informal  
460 dos empreendedores. Então, incentivos, fomentos de negócios que vão na mão  
461 exatamente da redução dessas emissões ou qualquer tipo de incentivo também  
462 do governo para esses empreendimentos. Para que essas forças que têm  
463 consciência da necessidade da redução dos impactos possam se fortalecer. A  
464 atual flexibilização do licenciamento que o governo quer criar, de certa forma, é  
465 necessária porque o governo não investe na estrutura suficiente, que dê conta  
466 de toda essa demanda, mas ao mesmo tempo os municípios não estão

467 capacitados. Se não trabalharmos as bases em termos estratégicos, de  
468 fortalecer os agentes que vão ao objetivo dessas metas, nós não vamos ter  
469 resultados satisfatórios. Outro ponto muito importante que eu vejo é que é  
470 necessário trabalhar a integração entre as Câmaras e as Secretarias. É  
471 importante ter esse diálogo com as outras Câmaras Técnicas. Promover esse  
472 debate é fundamental. E com relação ao papel desse Comitê Político, na atual  
473 estrutura, ele também não se apresenta muito favorável para que esses  
474 objetivos sejam cumpridos, uma vez que só tem representantes do poder  
475 público e de pessoas com interesses específicos. Eu não vi nenhuma  
476 universidade, nenhuma organização não governamental, nenhuma  
477 representação que pudesse enriquecer os debates. E na outra ponta eu vejo  
478 que o que você colocou a respeito do papel da Câmara, ela pode, sim, muito  
479 contribuir. A partir do momento em que aprovarmos moções colocando  
480 exatamente se o governo está cumprindo ou não. Porque essas moções se  
481 tornam públicas, e a mídia pode ter acesso. Então, seria uma certa pressão  
482 política para que o governo mudasse de atitude. Fica a minha sugestão em  
483 termos de buscarmos sempre o diálogo em primeiro lugar, trabalhar a questão  
484 da conscientização, buscar investimentos para essas ações, seja seminários,  
485 congressos, encontros, fóruns, que possam apresentar esses resultados e  
486 diferentes iniciativas que são favoráveis à redução das emissões de mudanças  
487 climáticas. E outro ponto é exatamente a questão das moções, de esses  
488 resultados serem aprovados, e nós colocarmos se estão indo no sentido ou não,  
489 a Câmara se manifestando.” Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
490 FEAM, informou que foi criado um grupo de trabalho de educação e  
491 comunicação para uma abordagem não só setorial. “Vamos ampliar essa  
492 discussão e acreditamos ser fundamental esse grupo de trabalho para permear  
493 essa visão de médio e longo prazos, mas as ações de curto prazo também  
494 devem ocorrer dada a urgência.” Quanto à integração e articulação, destacou  
495 que trata-se de um ponto chave, mas apontou as dificuldades. “O objetivo é  
496 colocar todo mundo na mesa, e de certa forma a FEAM faz um trabalho de  
497 gestão de interesses, conduzindo para um objetivo comum. Por isso estamos  
498 chamando de concertação.” Citou que atualmente são seis grupos de trabalho  
499 institucionais, que são feitas oficinas setoriais com os governos municipais nos  
500 17 territórios e que há o planejamento para mais oito oficinas territoriais. “Essa  
501 articulação é fundamental, mas é uma parte que depende muito dessa questão  
502 de saber fazer política pública.” Quanto ao Comitê Político, esclareceu que foi  
503 formado para tomada de decisão governamental dentro de um modelo que foi  
504 adaptado ao modelo francês. “O Comitê Político precisa ser fortalecido, mas é  
505 fundamental para a tomada de decisão governamental. Mas não deve ser a  
506 única instância. Achemos importante discutir nas oficinas territoriais e com o  
507 cidadão e os governos municipais.” Conselheiro Oswaldo Dehon Roque Reis:  
508 “Eu estive presente na reunião da Câmara Normativa e Recursal e pude  
509 observar o esforço da SEMAD, do governo do Estado em poder aprovar e

510 implementar uma agenda de descentralização das ações ligadas. É aquilo que o  
511 secretário acaba de dizer, de licenciamento ambiental. É muito importante. O  
512 Crea participa não só nessas duas Câmaras, mas em todas as Câmaras e em  
513 todas as URCs do COPAM, e a nossa ação é debatida, não é uma ação que diz  
514 respeito, exclusivamente, à presença de cada um dos conselheiros. Todo  
515 debate acerca da formulação e do monitoramento da política, pelo menos no  
516 nível a que conseguimos chegar, o Crea tem se proposto a poder fazer. E há  
517 um ponto aqui que me chama bastante atenção, que é uma certa desconexão  
518 da agenda de mudanças climáticas e de economia verde com a agenda de  
519 licenciamento ambiental. Chama bastante atenção o fato de que as propostas  
520 não vêm juntas. Chama muito a atenção o fato de que o governo estadual e a  
521 SEMAD não tenham compreendido que, do ponto de vista do financiamento dos  
522 municípios no que diz respeito a poder ampliar suas responsabilidades em  
523 licenciamento ambiental, é necessário discutirmos com a sociedade que o  
524 licenciamento nos municípios reduz as emissões. E isso é algo muito  
525 importante, inclusive, para o financiamento. Se nós conseguirmos estabelecer  
526 os incentivos adequados para que os municípios assumam... Porque da forma  
527 que nós observamos na CNR os municípios vão ter uma agenda muito próxima  
528 à rejeição, neste período inicial. Porque, afinal de contas, todo o debate a  
529 respeito da montagem das suas equipes chega no momento de vale das  
530 finanças públicas, não só no governo estadual, mas nas principais prefeituras  
531 no Estado de Minas Gerais. Então, para que nós possamos articular recursos  
532 novos e para que possamos sensibilizar a partir de uma grande agenda, a  
533 impressão que eu tenho é que é preciso pensar isso que o Felipe está  
534 apresentando aqui com o debate que tem a ver com as propostas de mudanças  
535 para o licenciamento ambiental novo. Porque, afinal de contas, se conseguirmos  
536 fazer com que todos os profissionais, todos aqueles envolvidos, da área social,  
537 da área técnica, da área jurídica, de todas as outras áreas envolvidas no  
538 licenciamento, se todos conseguirem apresentar esse tipo de proposta, nós  
539 reduzimos um pouco aquilo que você acaba de dizer e que tem toda razão. É  
540 muito comum observarmos os debates no que diz respeito às questões da  
541 política de meio ambiente acontecerem em um ambiente bastante progressista,  
542 e os resultados serem bastante conservadores. Exatamente por isso. Porque às  
543 vezes não conseguimos entender que, para a aproximação das agendas dos  
544 atores – aí é importante dizer, no caso, do Comitê Político – não são só as  
545 instituições que aqui estão. Muitas delas técnicas, muitas delas representativas  
546 que não estão presentes. Os grupos de interesses não estão presentes.  
547 Aqueles que vão fazer com que esses programas sejam implementados ou não,  
548 a indústria, o setor agrário em Minas Gerais, o setor de serviços, que tem tanta  
549 contribuição nesse tipo de área, não fazendo parte, não se sentem acolhidos  
550 não só nas suas demandas, mas, eventualmente, em função de determinados  
551 detalhes, pode-se colocar em uma agenda negativa em relação a coisas tão  
552 relevantes quanto essas que estão sendo debatidas aqui. O que nós queríamos

553 sugerir para apresentar na nossa próxima reunião da Câmara Temática de Meio  
554 Ambiente e Recursos Hídricos. Nós vamos pautar. Eu vou conversar com o  
555 nosso presidente para pautar o que se está discutindo. Tem dezenas de  
556 entidades que têm debatido conosco discussões tão relevantes quanto essas. E  
557 também apresentar uma discussão acerca daquilo que pode vincular o debate  
558 sobre licenciamento com o debate que está relacionado à melhoria e à  
559 construção de uma política. Por fim, eu queria dizer que, em função de todo o  
560 debate que o Felipe apresentou, não é nada edificante nós não vermos a  
561 representação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aqui, mesmo que ela  
562 tenha, neste momento, acento aqui na Câmara de Energia e Mudanças  
563 Climáticas.” Conselheiro Breno Aguiar de Paula: “Pensando no nosso dever de  
564 casa, naquele segundo compromisso de redução de carbono, você tem esse  
565 detalhamento rebatido para cada setor? O que significa para o setor de energia,  
566 para indústria, florestas plantadas.” Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente  
567 da FEAM: “Nós temos o rebatimento das metas federais. A da indústria não  
568 entra de uma forma significativa. A questão é que nós encaramos a indústria,  
569 pelo menos aqui na nossa equipe, muito como uso da energia. Então, essa  
570 separação setorial é fundamental para se implementar uma agenda, mas não  
571 deve ser algo que te prenda. Então, a indústria, quando você trabalha uma  
572 agenda de promoção de energia renovável e eficiência energética, vai estar  
573 contribuindo, necessariamente, para aquela redução média per capita. A nossa  
574 proposta é fazer também uma vinculação desses programas de eficiência  
575 energética e de expansão de energia renovável no âmbito setorial. Trabalhar  
576 isso no âmbito setorial: residencial, comercial, industrial. Mas nós não inovamos  
577 isso em relação ao que o governo federal se propôs a fazer no campo da  
578 indústria.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização  
579 Ambiental/SEMAD: “Repetidas vezes, nós acabamos entrando nesse assunto  
580 que é o licenciamento ambiental. Primeiramente, eu gostaria de agradecer as  
581 contribuições dos conselheiros sobre esse tocante. Eu gostaria também de  
582 ressaltar algumas experiências que nós temos em relação à avaliação dos  
583 municípios, dentro desse processo tanto de delegação de competência quanto  
584 da definição de impacto local, em que foram feitos vários exercícios, ensaios e  
585 simulações para atingir essa proposta, a qual eu convido os senhores a  
586 conhecer. Já está na internet, no site da SEMAD, na pauta da reunião da CNR  
587 que aconteceu na última sexta-feira, dia 27. O conteúdo está lá, e nós podemos  
588 disponibilizar maiores informações acerca desse assunto. E se necessário nós  
589 podemos fazer também um atendimento mais presencial, uma reunião para  
590 explicar como chegamos a esse produto que está sendo apresentado. Dentro  
591 dessas percepções que nós temos no município, nós conseguimos identificar,  
592 até com bastante facilidade, que o processo tanto de delegação da  
593 competência, que era do Estado, quanto da definição daquilo que é  
594 competência originária, o que exatamente se busca na proposta apresentada na  
595 CNR, isso cria um fomento municipal, primeiro, em seguir a agenda

596 metodológica, a agenda normativa tanto do Estado quanto da União. O  
597 município, quando está aderido a essa política ligada à regularização ambiental,  
598 leva em cascata todas as outras políticas também, sejam na educação  
599 ambiental, na educação não formal. Nós temos alguns exemplos de municípios  
600 que também têm os seus comitês de mudanças climáticas instalados e em  
601 funcionamento. Há algumas parcerias no sentido de criar áreas verdes, assim  
602 como parques, mesmo que tenham, inicialmente, a função recreativa, mas tem  
603 uma preservação ali. Outro plano que segue também dentro do fomento dessas  
604 estratégias é de arborização urbana, que vem sendo resgatado em relação a  
605 esses fomentos. Muitos desses municípios que já foram identificados têm uma  
606 estrutura já preexistente, ou seja, tem Secretaria de Meio Ambiente, já tem  
607 Conselho de Meio Ambiente, alguns deles têm legislação própria. Eles  
608 procuraram a SEMAD para terem a delegação da competência e já conseguem  
609 fazer o impacto local sem ter que ter nenhuma alteração da sua estrutura já  
610 existente. Isso quer dizer que, a partir do momento em que for definido o que é  
611 competência originária do município, aquilo que não precisar ter delegação,  
612 porque já tem a competência, isso vai ampliar a sua arrecadação, a sua receita  
613 municipal. E esse momento de crise se torna importantíssimo para o município,  
614 principalmente, aquele que já tem uma estrutura e que sente dificuldade,  
615 atualmente, de arcar com o compromisso da folha. Nós vemos essa realidade  
616 sendo retratada nos noticiários, aparecendo a todo momento na mídia. Outra  
617 proposta que é trazida do decreto que vem tratando da municipalização e da  
618 delegação de competência é a proposta de criar consórcios municipais para  
619 regularização ambiental. Entendemos que essa proposta de consórcios vai  
620 acontecer em algum momento, principalmente, quando for definida a  
621 competência originária. Porque os municípios querem trabalhar com  
622 desenvolvimento. E o desenvolvimento tem se dado. Os municípios que têm a  
623 delegação já há mais tempo. O desenvolvimento é acelerado quando o  
624 município detém essas atribuições. Então, essas propostas e esse esforço que  
625 é empreendido pelos dirigentes da SEMAD e toda a equipe técnica, de forma  
626 nenhuma é arbitrário ou colocado de uma maneira em que não houvesse um  
627 estudo muito grande. Na verdade, isso foi feito, é um trabalho que é o resgate  
628 de um grupo de trabalho que veio desde 2013 e que foi consolidado no período  
629 de quatro meses por integrantes do interior, das Secretarias diversas e também  
630 dos municípios que fazem parte hoje com funcionários que estão trabalhando  
631 na SEMAD. Para fazer o fechamento dessa minha fala, a promoção da  
632 regularização ambiental pelo município nós entendemos, através de todos  
633 esses exemplos que nós já temos identificados, que ele vai promover a  
634 qualidade ambiental desses municípios, além de fortalecer o município dentro  
635 da sua receita, dentro da sua arrecadação. E na maior parte deles sem que seja  
636 necessário mexer na sua infraestrutura já existente. E quando falei que convido  
637 os senhores a conhecer a proposta é porque nós temos lá a atuação supletiva  
638 do Estado para o município e a ação também subsidiária, de apoio financeiro,

639 técnico, de capacitação. E a supletiva é o Estado assumir a ação quando o  
640 município não tem a estrutura para assumir aquela competência de imediato.  
641 Mas é desejo de todos os municípios, pelo menos aqueles que nos chegaram,  
642 de ter essa competência originária definida e até ampliar para uma delegação  
643 de competência.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Eu  
644 queria só fazer um fechamento, porque vemos que tem uma política pública  
645 sendo discutida. Nós sabemos da dificuldade que os empreendedores vêm  
646 passando no Estado com o licenciamento ambiental. Existe uma luz com a  
647 renovação da estrutura, da necessidade de agilizar. O Decreto que saiu nesta  
648 semana trouxe novos prazos ou talvez até referenda o que a lei de 2008 já  
649 tinha. Mas nós vemos pouca discussão de um ponto que eu acho extremamente  
650 importante para o empreendedor que está de fora, que é uma mescla da política  
651 com o que o Rogério falou aqui de segurança jurídica, para que a pessoa venha  
652 investir aqui: que é planejamento. Nós temos ferramentas excelentes aqui que  
653 poderiam ser aproveitadas, como o ZEE, Biodiversitas, os próprios  
654 licenciamentos ambientais, plano de manejo, uma série de estudos que  
655 enriquecem o nosso Estado, mas o que não vemos é planejamento. Então, os  
656 empreendedores, quando vêm, poderia estar sendo trabalhada alguma coisa  
657 que dissesse ‘essa área aqui tem uma aptidão, você tem um licenciamento  
658 simplificado, um licenciamento um pouco mais complexo’. Eu tenho certeza de  
659 que o empreendedor busca, na verdade, é essa certeza de que vai ter início,  
660 meio e fim. Talvez não tenha certeza se vai ter realmente viabilidade, mas que  
661 tenha, porque aí vai da questão técnica, vai da análise ambiental. Mas que pelo  
662 menos ele saiba onde está pisando. Porque hoje você começa no Estado com  
663 licenciamento ambiental recebendo um termo de referência padrão, e aquilo não  
664 quer dizer absolutamente nada. Quando se chega ao final do licenciamento,  
665 ‘não era bem assim, agora tem uma instrução normativa nova, aqui tem uma  
666 especificidade mais complicada’. E você fica o tempo inteiro tentando atender a  
667 essas questões, que poderiam ter sido vistas no início. Mas nós pecamos,  
668 porque não temos um planejamento e temos as ferramentas. Poderia se  
669 trabalhar com corredores ecológicos, poderia se trabalhar com os  
670 empreendedores. Aqui se falou uma coisa interessante, de áreas já voltadas  
671 para o reflorestamento. Ou seja, assim como podemos definir, ‘olha, o  
672 empreendedor vai instalar aqui e vai aplicar uma compensação aonde?’. Na  
673 área planejada de reflorestamento. Mas isso afasta, porque a pessoa chega e  
674 só ouve que é difícil, que levaram dez 10 anos ou que as coisas não terminam.  
675 Então, eu acho que é preciso o Estado começar a trabalhar, até porque já tem  
676 as ferramentas para isso, com um planejamento muito voltado para o  
677 desenvolvimento, muito voltado para a sustentabilidade. Porque eu acho que é  
678 a partir daí que nós temos um início correto. Tudo que não tem planejamento  
679 começa desse jeito e aí se trava porque é a disputa, é a discussão entre o que é  
680 sustentável e o que é desenvolvimento. Mas a nossa realidade hoje é uma  
681 realidade difícil, uma realidade de desemprego, de severa crise econômica.

682 Então, precisa se conciliar isso. E a única forma que eu vejo de haver consenso  
683 entre meio ambiente e desenvolvimento é tendo uma discussão de  
684 planejamento para que as pessoas possam partir sabendo aonde vão investir e  
685 o que têm que fazer para preservar ou para recuperar o que já foi perdido.  
686 Então, é só como uma última opinião.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário  
687 de Regularização Ambiental/SEMAD: “Dentro desse planejamento, hoje nós  
688 temos, até fruto dessa remodelagem, a Superintendência de Gestão Ambiental,  
689 e nós já criamos uma sala de cenários. O empreendedor deseja se instalar,  
690 apresenta a localização, e é feito todos os cenários da implantação do seu  
691 empreendimento. Ele faz uma pré-viabilidade daquele empreendimento naquele  
692 local. Isso é dirigido pela doutora Zuleika Torquetti, que trata desse assunto da  
693 SEMAD, e nós já temos alguns casos que já estamos fazendo junto com  
694 empreendedores. É claro que aqueles processos mais antigos não tiveram essa  
695 oportunidade, mas daqui para a frente nós temos essa possibilidade para o  
696 empreendedor poder utilizar. É um modelo parecido com o modelo da Cetesb,  
697 de criar a sala de cenários para implantação de empreendimento. Nós já temos  
698 alguns casos interessantes, que no futuro serão até apresentados. Isso é fruto  
699 da remodelagem, que concluímos em dezembro. E estamos começando o ano  
700 de 2017 com a casa arrumada, com a casa nova. Já estamos em execução  
701 dessa nova estratégia de regularização e de mudança, dessa reinvenção do  
702 licenciamento ambiental. E ainda nesse aspecto da remodelagem, foi criada  
703 também a Assessoria de Normas e Procedimentos, que está fazendo uma  
704 revisão de todas as edições de normas, procedimentos, orientações, informes  
705 que foram publicados nos últimos anos e que trazem também alguns entraves  
706 para o licenciamento ambiental. Algumas dessas informações ou normas ou  
707 procedimentos já estão defasados, não há aplicabilidade. Isso tudo vai ser  
708 revisto também, e começou agora no mês de janeiro. Então, resgatar a  
709 confiança tem um caminho ainda para percorrer. Mas eu convido a todos vocês  
710 para conhecerem essa nova estrutura da SEMAD.” **9) ENCERRAMENTO.** Não  
711 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Rodrigo de Melo  
712 Teixeira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Rodrigo de Melo Teixeira**  
**Presidente da Câmara Técnica Especializada**  
**de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas**